APÓS A GRANDE GUERRA
Carta aos Diplomatas (Alvoko al Diplomatoj)
L.L.Zamenhof, 30 de dezembro de 1914

Terrível guerra alastrou-se por quase toda a Europa. Quando puser-se termo à mútua hostilidade coletiva, que de maneira tão grave desonra ao mundo civilizado, será o momento em que unir-se-ão os diplomatas no esforço de reconstruir as relações entre os povos. E é a vós, construtores da paz vindoura, que quero agora dirigir-me.

Em vosso concílio, precedido pela guerra mais devastadora já testemunhada pela raça humana, haverá perante vós árdua e insigne tarefa a cumprir. Dependerá de vós, se o mundo gozará finalmente de uma paz sólida e duradoura, quiçá perpétua, ou se teremos não mais que um silêncio efêmero, que logo irromperá novamente em sangrentas batalhas. Exorto-vos, portanto, para que de antemão ponderem cuidadosamente sobre vosso iminente dever, pois em nome das incontáveis vidas humanas ceifadas e do desperdício de riquezas coletivas tão penosamente adquiridas, grande é o dever moral que recai sobre vós. Cuidai que não sejam frívolas e estéreis vossas discussões, para que findo o vosso trabalho a humanidade possa então dizer: não foi em vão que suportamos tão terríveis sacrifícios!

Pretendeis vós meramente remendar o mapa da Europa? Decidir que a terra A pertencerá ao povo X e a terra B ao povo Y? É verdade que tal esforço será indispensável, devendo porém representar apenas exígua parte de vosso trabalho. Acautelai-vos, que o reajuste da geografia não se torne a essência de vosso ofício, pois destarte vosso trabalho tornar-se-á supérfluo, e os vultuosos sacrifícios humanos de nada haverão servido.

Vosso desígnio de contentarem os povos e resguardarem-se de agir injustamente contra qualquer nação, há de ser inevitavelmente frustrado, caso limitem-se a acordar sobre fronteiras, porquanto tal aparente justiça em relação a uma gente é simultaneamente impropério face a alguma outra. O tempo presente é ímpar na história conhecida: sobre cada território em litígio repousa o suor e o sangue não de um povo apenas, mas também de muitos outros, de maneira que se decidis outorgar quaisquer terras a quaisquer povos, não apenas estarão abstendo-se de agir com retidão, mas também da possibilidade de eliminar desse território a semente de futuros conflitos. A “libertação” que oferecereis a este ou aquele território não passa de sofisma, pois denota simplesmente que, sobre aquele território específico, o povo contemplado gozará da posição de senhor sobre as outras pessoas, de outros povos, que ali também nasceram, trabalharam e sofreram. Sim, o povo por vós privilegiado bradará em júbilo: “Viva os diplomatas!”, e se esse povo representar a maioria, a parcela desfavorecida será coagida a calar-se, de modo que os jornais anunciarão que “toda a população da terra de A está satisfeita…” Mas não passará de embuste, simples mentira, que o mundo não compreenderá, já que os murmúrios da gente oprimida e silenciada, que em sua própria terra tornaram-se ‘forasteiros’, não chegarão jamais aos seus ouvidos.

Delegando uma porção de terra a um ou outro povo, estareis sempre agindo de maneira parcial, em detrimento de outro povo, a quem igualmente cabe gozar dos mesmos direitos naturais sobre aquela terra, bem como a todos os filhos cabe herdar do pai suas divícias. A única decisão deveras justa que podeis tomar é: proclamar como oficial, consensualmente aceita e plenamente assegurada decisão de todos os reinos europeus o seguinte princípio, essencialmente natural, porém nunca de fato observado:

Toda nação pertence, moral e materialmente, de maneira integral e equânime a todos os seus filhos

Isto é, em sua vida privada, todo cidadão, de todo reino, possui a plena liberdade de falar sua língua ou dialeto, como bem desejar, e de confessar a religião que lhe parecer mais apropriada. Caso

seja utilizada, a nível das instituições públicas, uma língua única, imperial ou local, trata-se de uma contingente concessão da minoria à maioria, e não de um tributo humilhante do povo dominado ao povo dominador. É o nome do povo, que ainda muitos reinos e províncias hão de carregar, o que leva os habitantes, de uma suposta origem, a considerarem-se superiores aos habitantes de outra suposta origem. Todo reino ou província deve portanto carregar não o nome de uma ou outra gente, mas apenas seu próprio nome, geográfico e neutro.

Ideal seria, se no lugar de tantos reinos europeus médios e pequenos, tivéssemos um dia uma "União de Estados Europeus", organizada proporcionalmente e geograficamente. Mas se tal projeto soa ainda demasiadamente prematuro, é necessário ao menos que, através da anuência ao princípio acima delineado, seja aniquilado o grande mal, fonte perene de constantes batalhas, fomentado pela identificação das terras com as gentes.

Quando o princípio expresso acima for oficialmente aceito por decisão de todos os reinos da Europa, então dissipar-se-á a principal causa das guerras e da recíproca desconfiança e infinda necessidade de armar-se. E então jamais, em nenhum lugar poder-se-á dizer que "a pátria corre perigo". Bem saber-se-á, que as palavras "pátria sob perigo" não significam que alguém pretende arrancar parte de nossa pátria e lançá-la ao mar, ou tomar para si a posse de seus habitantes, mas simplesmente que "há um perigo de que, sobre determinado território, até então dominado por meu povo, e onde outras pessoas não eram toleradas, amanhã outro povo se torne o senhor, e sejamos nós os intolerados".

Quando em toda a Europa imperar uma absoluta justiça política, em toda parte, para todos, sem qualquer distinção, quando os habitantes de cada país gozarem dos mesmos privilégios, quando os países não mais levarem o nome de sua gente, quando a língua nacional não tiver mais um caráter chauvinista e humilhante, quando não mais existirem povos servos e povos senhores, só então será finalmente erradicada a causa das contendas entre os povos; cada indivíduo repousará tranquilamente em sua amada, original e verdadeira pátria, e já não temerá que outros tomem-na, tampouco sonhará em tomar a pátria de outrem.

Bem sei que o ódio entre as gentes não haverá de morrer tão facilmente, de um dia para outro, seja qual for o arranjo alcançado pelos diplomatas. Esta tarefa, porém, confiemos a outros, que hão de executá-la por meios próprios, pela religião, educação, cultura, etc.; de vós, diplomatas, esperamos apenas que nos permitam a possibilidade de cumprí-la. O ódio entre diversos povos da humanidade não é algo natural, bem como não seria tratando-se de diferentes famílias de um mesmo povo. A fonte maior do ódio é, além da falta de compreensão que poderia ser facilmente remediada, a continuidade de povos dominadores e dominados, o egoísmo e orgulho cego de uns, e a natural reação de outros. Simples seria levar homens livres, em pleno e igual gozo de seus direitos, a reconhecerem-se como irmãos. Tal tarefa porém, se torna impossível entre homens que se acreditam possuir o direito de dominar uns aos outros.

Ainda que nada alcancem além de eliminar dos nomes dos países a menção aos povos (e isto pode ser feito facilmente), já tereis dado um grande passo na história da Europa. Porque em um país de nome neutro, a igualdade de direitos de todos os seus habitantes será certo ou tarde, necessariamente alcançada, mas em um país de nome gentílico, a igualdade nunca será completa ou duradoura, pois o infeliz nome não apenas justificará as injustiças em países com grande diversidade de identidades no oriente da Europa, mas mesmo em países mais civilizados haverá sempre de confundir a cabeça, até dos mais honestos cidadãos, fortalecendo neles a ideia e o sentimento de que aquele país pertence apenas àquele povo, do qual originou-se seu nome, e em sua terra todos os outros povos serão eternamente estrangeiros. Por melhor que seja sua vontade, jamais poderão os cidadãos dessa terra habituar-se à ideia de que representam todos eles uma só nação, pois para tal nação simplesmente não existe palavra, e perguntado sobre seu país de origem, na falta de uma palavra adequada, o cidadão dessa terra será obrigado a anunciar o nome de um povo; e essa constante identificação compulsória com uma gente em particular, em lugar da nação comum, contribui significativamente para a manutenção da xenofobia e do ódio entre conterrâneos.

Resumindo tudo o que foi dito até aqui, repito:

Quando ao fim da guerra reunirem-se os diplomatas, poderão realizar grandes mudanças na cartografia da Europa; mas este não deve ser o foco de seu trabalho. O grande propósito de suas discussões deve ser: estabelecer em nome, e sob a garantia de seus governos, algo semelhante ao seguinte conjunto de leis:

1. Que todo reina pertença moral e materialmente a todos os seus habitantes naturais e naturalizados, seja qual for sua religião, língua, ou suposta origem. Que em nenhum reino, nenhum povo tenha maiores ou menores direitos ou deveres que outros povos.
2. Que todo habitante de cada reino tenha o pleno direito de usar a língua ou dialeto que preferir, e confessar a fé que lhe parecer mais adequada. Que apenas em instituições públicas, que não são designadas especialmente para um povo, seja usada a língua consensualmente aceita como oficial para todo o reino. Nas instituições de caráter local, pode ser usada outra língua em lugar da língua do reino, desde que haja a anuência de três quartos dos moradores da cidade. Mas a língua do reino ou da cidade não deve ser entendida como o tributo humilhante de um povo dominado ao povo dominador, mas como uma concessão voluntária da minoria à maioria.
3. Que todo reino seja responsivo a um Supremo Tribunal Europeu, com autoridade para julgá-lo por qualquer injustiça que venha a acontecer entre suas fronteiras. Que este tribunal seja estabelecido por consenso entre todos os reinos da Europa.
4. Que cada reino ou província carregue não o nome de um povo, mas um nome neutro, de caráter geográfico, aceito por consenso entre todos os reinos.

Senhores diplomatas! Após o terror da guerra total, que trouxe os homens a um nível inferior ao das bestas mais selvagens, a Europa espera de vós não menos que a paz. Não um armistício temporário, mas uma paz perpétua, que só convém a uma raça humana e civilizada. Mas lembrai-vos! Lembrai-vos, que a única maneira de alcançar tal paz é eliminando, de uma vez por todas, a principal causa de todas as guerras, a bárbara herança das eras mais remotas, que é a dominação de uns povos sobre outros.